

Aceprev

Acesita Previdência Privada



Renovar é somar.

Nosso sucesso é resultado de trabalho em equipe.
Quando os alicerces da gestão são firmes,
as mudanças são seguras e bem-vindas.

Relatório Anual de Atividades 2016
Plano Acesita

aperam

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA	3
1. A ENTIDADE - ORGANOGAMA	4
2. PARTICIPANTES	5
3. BENEFÍCIOS	6
4. CONTRIBUIÇÕES PARA A ENTIDADE	7
5. PATRIMÔNIO	8
6. INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	9
7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14
8. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	17
9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS, POR PLANO DE BENEFÍCIOS E PARECERES	19

Renovar é somar, nosso resultado é fruto do trabalho em equipe e quando os alicerces da gestão são sólidos, as mudanças, quando ocorrem, são seguras e tranquilas.

Estamos encerrando um período de trabalho sob uma gestão que priorizou sempre a ética e buscou no trabalho em equipe, sua base firme de sustentação, na busca constante da mitigação dos riscos e primando pela adoção das melhores práticas de governança.

Agradecemos muito aos que dedicaram grande parte do seu tempo laboral aos nossos Planos de Benefícios e estão finalizando seus mandatos. Damos as boas vindas aos que chegam para somar à Aceprev, sabendo que os novos períodos serão também muito desafiadores, na busca incessante pelos resultados almejados por todos, que possam suportar e dar segurança de um futuro melhor aos nossos Participantes.

O ano de 2016 foi um ano consolidador de grandes conquistas da Aceprev e a Diretoria apresenta o Relatório Anual de Atividades de 2016, do Plano de Benefícios Acesita (PBA), com o resumo das atividades realizadas pela Entidade neste exercício, com informações precisas, no intuito de possibilitar o acompanhamento dos trabalhos realizados.

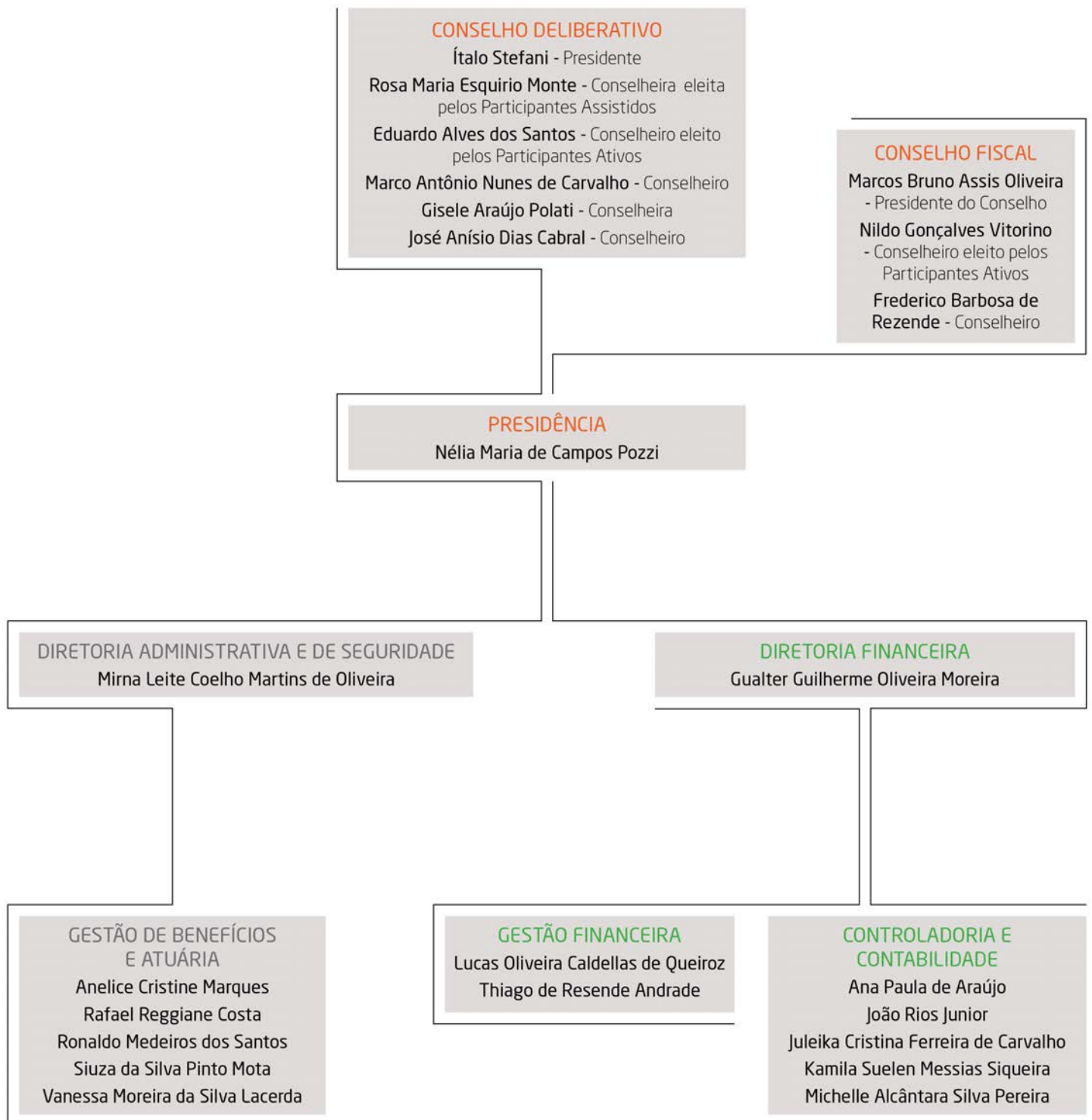
Este Relatório nos permite apresentar as atividades que foram realizadas conforme as políticas e procedimentos da Aceprev, suportando o alcance dos seus objetivos estratégicos e operacionais.

Mesmo com um ambiente político e econômico conturbado, a ACEPREV em 2016 manteve as estratégias já delineadas, buscando proteger a carteira de investimentos, e obter rentabilidades compatíveis com seus compromissos, evitando grandes volatilidades em seus resultados e adequando o risco de seu portfólio de investimentos. E, mesmo diante de tantos cenários adversos, conseguiu superar o seu benchmark. Quanto à rentabilidade acumulada do PBA no ano, computamos 13,67 % aa. de valorização, o que corresponde a 114,83% do benchmark (INPC+5% aa.)

Em atendimento a uma determinação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), a Aceprev realizou em 2016 uma assembleia de participantes para adequar o seu Estatuto.

A obtenção dos resultados apresentados neste relatório, só foi possível devido a confiança depositada na Aceprev. A Diretoria agradece a todos os participantes pelo contínuo acompanhamento da gestão, aos Patrocinadores pelo apoio, aos Conselheiros Deliberativos e Fiscais pela sua força de trabalho, aos membros dos Comitês, colaboradores e parceiros pela dedicação.

1. A ENTIDADE - ORGANOGRAMA



2. PARTICIPANTES

O Plano ACESITA encerrou o exercício de 2016 com 1.832 Participantes, dentre os quais 343 Assistidos. A distribuição dos Participantes, pode ser verificada no quadro abaixo:

Participantes	31/12/2016	31/12/15
Ativos	1.489	1.599
Empregados	1.447	1.488
Vinculados	39	107
Autopatrocínados (Ex-Empregados)	3	4
Assistidos	343	347
Aposentadoria	24	24
Incapacidade (Invalidez)	140	142
Pensão Por Morte	179	181
Total Geral	1.832	1.946

GRÁFICO DE PARTICIPANTES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA

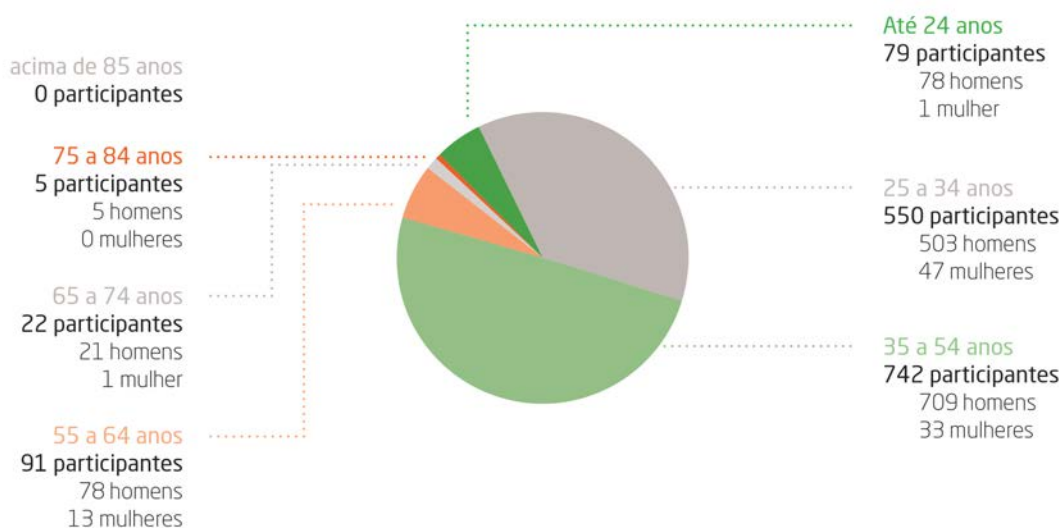
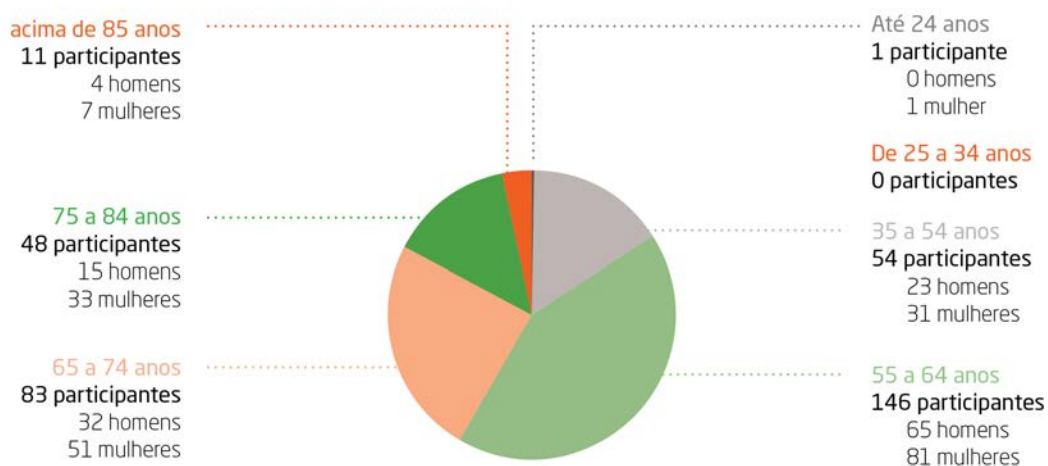


GRÁFICO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR FAIXA ETÁRIA



3. BENEFÍCIOS

Todos os Benefícios listados abaixo são oferecidos aos Participantes admitidos no plano e os detalhes dos mesmos encontram-se no Regulamento do Plano de Benefícios.

Aposentadorias:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada

Benefícios de Risco:

- Incapacidade
- Pensão por Morte

Institutos Legais Obrigatórios:

- Resgate
- Benefício Proporcional Diferido (BPD)
- Portabilidade
- Autopatrocínio

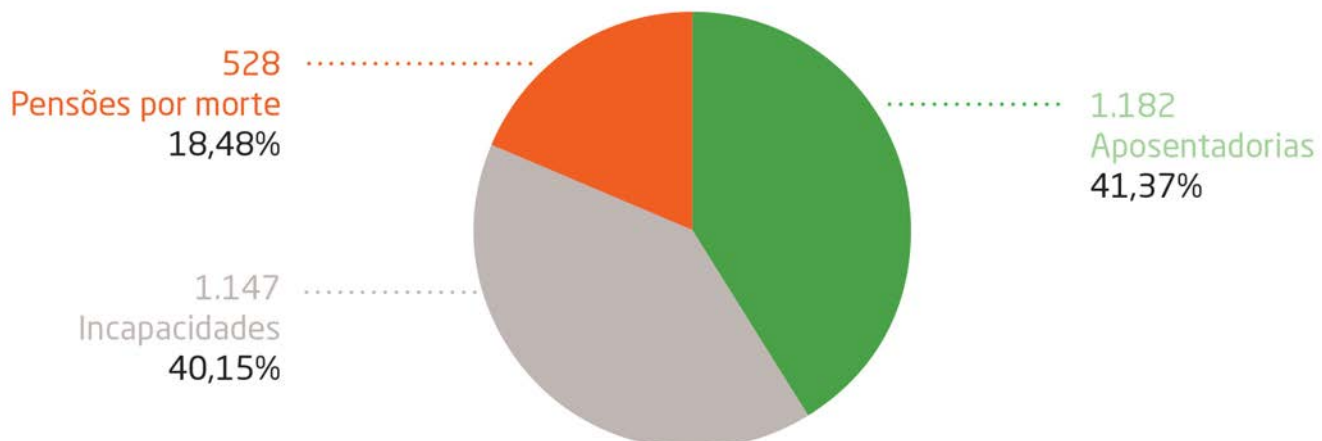
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES DE ESTATUTO E REGULAMENTO

Não ocorreram modificações no Estatuto e Regulamento do Plano de Benefícios ACESITA administrado pela ACEPREV no exercício de 2016.

BENEFÍCIOS PAGOS

Tipo de Benefício	ABRIL A DEZEMBRO 2015		EM 2016		
	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Quantidade de Benefícios Processados	R\$ Mil	Pessoas Assistidas
Aposentadoria Normal	190	730	248	1.136	20
Aposentadoria Especial	18	2	24	2	2
Aposentadoria Antecipada	-	-	18	44	2
Pensão por Morte	1.590	371	2.119	528	179
Incapacidade (Invalidez)	1.432	826	1.758	1.147	140
Total de Benefícios Pagos	3.230	1.929	4.167	2.857	343

GRÁFICO DE BENEFÍCIOS PAGOS EM 2016 (R\$ mil)



4. CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO ACESITA

Das contribuições efetuadas em 2016 para o Plano ACESITA, as Patrocinadoras participaram com 53,08 %, enquanto os Participantes contribuíram com 46,92 % do montante recebido. Os valores das contribuições e seus respectivos percentuais em relação ao total das contribuições encontram-se no quadro abaixo.

Contribuições	R\$ Mil	%
Participantes	563	46,92
Básica	346	28,83
Voluntária / Especial	215	17,92
Autopatrocinados / Vinculados	2	0,17
Patrocinadora	637	53,08
Normal	346	28,83
Despesas Administrativas	291	24,25
Total	1.200	100,00

As contribuições das Patrocinadoras do Plano (Aperam South América e Aperam BioEnergia), são repassadas ao Plano mensalmente, dentro dos prazos preestabelecidos. Informamos que não existe inadimplência de contribuições das Patrocinadoras com o Plano e nem contrato de dívida com as mesmas.

5. PATRIMÔNIO

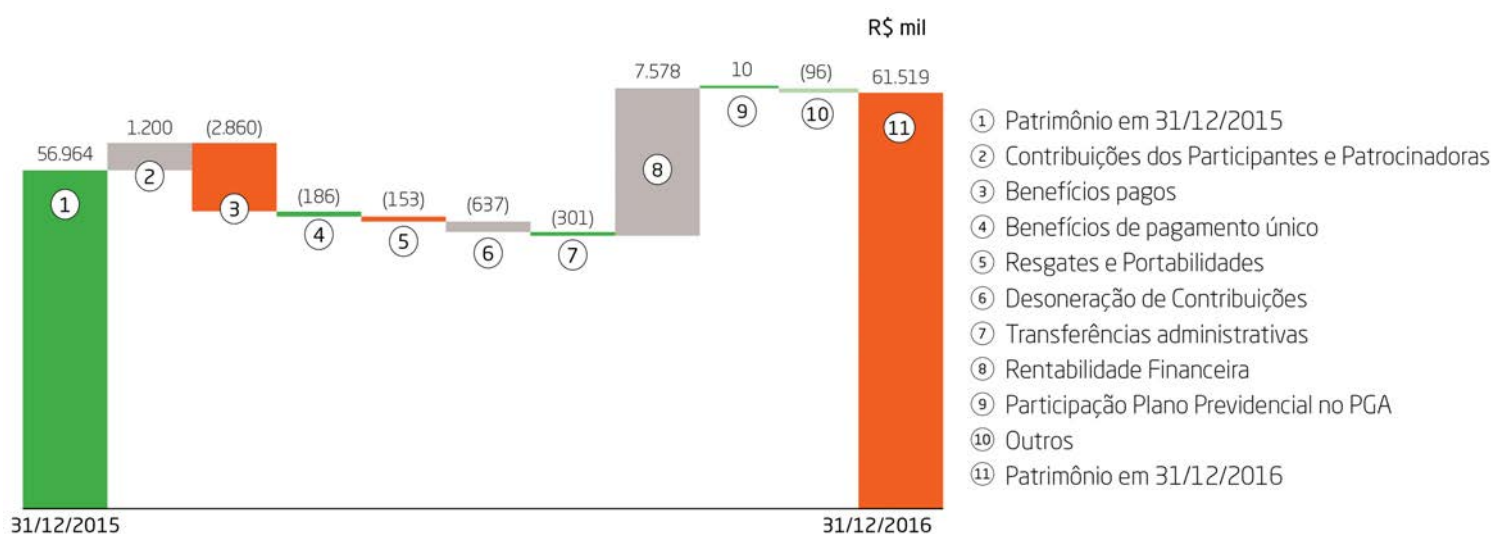
O Patrimônio do Plano ACESITA, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro atingiu em dezembro de 2016 o montante de R\$ 61,4 milhões.

>> 2015 - 56.781.818,69

>> 2016 - 61.366.474,76

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO TOTAL

A evolução do Patrimônio Total, representado pelos seus Ativos e pelo seu Exigível Operacional e Patrimônio Social, apresenta a seguinte evolução:



6. INVESTIMENTOS

RESUMO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, RENTABILIDADE E RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

O patrimônio da ACEPREV é distribuído entre fundos de investimentos abertos e carteira própria. A Entidade possui um custodiante (Banco Itaú S/A).

A gestão dos recursos pela Entidade é rigorosamente pautada pela Política de Investimentos, aprovada previamente pelo Conselho Deliberativo e dentro dos limites impostos pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 3.792/2009 e posteriores).

A política de gestão foca o casamento dos investimentos (Ativos) com os pagamentos das obrigações atuais e futuras do plano de benefícios (Passivos).

6.1- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios ACESITA - PBA

Tipo De Aplicação	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal Máximo	Alocação Objetivo
Renda Fixa	90%	100%	100%	95%
Renda Variável	0%	5%	70%	2%
Investimentos Estruturados	0%	4%	20%	2%
Investimentos no Exterior	0%	2%	10%	1%
Imóveis	0%	0%	8%	0%
Operações com Participantes	0%	0%	15%	0%

Plano de Gestão Administrativa - PGA

De acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa, PGA, o recurso é administrado através da alocação em fundo exclusivo ou aberto de renda fixa.

6.2- RENTABILIDADE

A rentabilidade do Plano Acesita, comparada a outros índices de referência, pode ser verificada na tabela abaixo.

Retorno	2016
Plano de Benefícios ACESITA - PBA	13,67%
Índice de Referência (INPC+5% a.a.)	11,91%
CDI	14,00%
Ibovespa	38,93%

Em atendimento a Instrução PREVIC nº 5 de 01 de Novembro de 2013, Capítulo II, Art. 6º, na tabela abaixo verifica-se a Cota Bruta e Líquida do Plano de Benefício Acesita e PGA.

Segmentos	2016	
	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Plano de Benefícios Acesita	13,94%	13,67%
Renda Fixa	13,94%	13,67%
Índice de Referência (INPC + 5%a.a.)		11,91%
CDI		14,00%
Ibovespa		38,93%

A Rentabilidade Líquida foi calculada com base nos valores da Contabilidade, no caso deste plano que só possui alocação em Renda Fixa, a rentabilidade do segmento é igual ao do plano.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Segmentos	2016
PGA	14,02%
CDI	14,00%

O PGA por não possuir despesas possui a rentabilidade bruta igual à rentabilidade líquida.

6.3- RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI)

Composição por Segmento (R\$ mil)

TOTAL DOS RECURSOS GERIDOS PELA ACEPREV

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	1.068,466	95,43%	968,468	94,54%
Renda Variável	9,227	0,82%	16,742	1,63%
Investimentos Imobiliários	18,880	1,69%	16,421	1,60%
Investimentos Estruturados	23,065	2,06%	22,789	2,22%
Total de Investimentos	1.119,639	100%	1.024,420	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	1.003,354	95,15%	908,200	94,20%
Renda Variável	9,227	0,87%	16,742	1,74%
Investimentos Imobiliários	18,880	1,79%	16,421	1,70%
Investimentos Estruturados	23,065	2,19%	22,789	2,36%
Total de Investimentos	1.054,526	100%	964,152	100%

RESERVA NÍQUEL

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	624.568	94,09%	561.631	92,53%
Renda Variável	9.227	1,39%	16.742	2,76%
Investimentos Imobiliários	6.969	1,05%	5.837	0,96%
Investimentos Estruturados	23.065	3,47%	22.789	3,75%
Total de Investimentos	663.829	100%	606.998	100%

RESERVA CROMO

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	378.786	96,95%	346.569	97,04%
Investimentos Imobiliários	11.911	3,05%	10.585	2,96%
Total de Investimentos	390.697	100%	357.153	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	61.366	100%	56.782	100%
Total de Investimentos	61.366	100%	56.782	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Composição por Segmento	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Renda Fixa	3.746	100%	3.486	100%
Total de Investimentos	3.746	100%	3.486	100%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - TOTAL ACEPREV

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	63.727	27,99%	5,69%
Safra Capital Market	60.173	26,43%	5,37%
Itaú Institucional DI	53.719	23,60%	4,80%
FIDC SANEAGO IV	9.062	3,98%	0,81%
SulAmérica Expertise	7.228	3,17%	0,65%
Lacan Florestal	7.192	3,16%	0,64%
BVEP Plaza	7.163	3,15%	0,64%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	1,81%	0,37%
Modal Gaia CRI	3.759	1,65%	0,34%
Brasil Energia	2.016	0,89%	0,18%
SulAmérica Expertise II	1.999	0,88%	0,18%
BTG Infraestrutura II	1.941	0,85%	0,17%
Lacan Florestal II	1.879	0,83%	0,17%
P2 BRASIL	1.453	0,64%	0,13%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,38%	0,08%
FIDC CEDAE	815	0,36%	0,07%
BTG Corporate Office	557	0,24%	0,05%
Total Gestão Terceirizada	227.660	100%	20,33%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - PLANO DE BENEFÍCIOS AMIB

Gestor	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
BNP Match	62.197	28,92%	5,90%
Safra Capital Market	57.596	26,78%	5,46%
Itaú Institucional DI	47.215	21,96%	4,48%
SulAmérica Expertise	7.228	3,36%	0,69%
Lacan Florestal	7.192	3,34%	0,68%
BVEP Plaza	7.163	3,33%	0,68%
FIDC SANEAGO IV	7.048	3,28%	0,67%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	1,91%	0,39%
Modal Gaia CRI	3.759	1,75%	0,36%
Brasil Energia	2.016	0,94%	0,19%
SulAmérica Expertise II	1.999	0,93%	0,19%
BTG Infraestrutura II	1.941	0,90%	0,18%
Lacan Florestal II	1.879	0,87%	0,18%
P2 BRASIL	1.453	0,68%	0,14%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,40%	0,08%
FIDC CEDAE	815	0,38%	0,08%
BTG Corporate Office	557	0,26%	0,05%
Total Gestão Terceirizada	215.036	100%	20,40%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - RESERVA NÍQUEL

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Safra Capital Market	53.341	30,18%	8,04%
BNP Match	46.796	26,48%	7,05%
Itaú Institucional DI	30.589	17,31%	4,61%
SulAmérica Expertise	7.228	4,09%	1,09%
Lacan Florestal	7.192	4,07%	1,08%
BVEP Plaza	7.163	4,05%	1,08%
FIDC SANEAGO IV	5.034	2,85%	0,76%
BRZ Multi Recebíveis	4.113	2,33%	0,62%
Modal Gaia CRI	3.759	2,13%	0,57%
Brasil Energia	2.016	1,14%	0,30%
SulAmérica Expertise II	1.999	1,13%	0,30%
BTG Infraestrutura II	1.941	1,10%	0,29%
Lacan Florestal II	1.879	1,06%	0,28%
P2 BRASIL	1.453	0,82%	0,22%
Rio Bravo Renda Corporativa	865	0,49%	0,13%
FIDC CEDAE	815	0,46%	0,12%
BTG Corporate Office	557	0,32%	0,08%
Total Gestão Terceirizada	176.740	100%	26,62%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 - RESERVA CROMO

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	16.626	43,41%	4,26%
BNP Match	15.401	40,22%	3,94%
Safra Capital Market	4.255	11,11%	1,09%
FIDC SANEAGO IV	2.014	5,26%	0,52%
Total Gestão Terceirizada	38.296	100%	9,80%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA - PBA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	2.758	31,06%	4,49%
Safra Capital Market	2.577	29,03%	4,20%
FIDC SANEAGO IV	2.014	22,68%	3,28%
BNP Match	1.530	17,23%	2,49%
Total Gestão Terceirizada	8.879	100%	14,47%

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA 2016 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

GESTOR	Valor (R\$) mil	% do PL Terceirizado	% do PL Total
Itaú Institucional DI	3.746	100%	99,95%
Total Gestão Terceirizada	3.746	100%	99,95%

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, que alterou a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da Gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo do PGA é formado pela seguinte movimentação:

- **Receitas:** Alocadas diretamente nos planos, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Comuns e Específicas:** Alocadas diretamente nos planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da ACEPREV, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, datada de 31 de outubro de 2011.

O fluxo da Gestão Administrativa pode ser assim demonstrado:

	2016	2015
(+) Receitas administrativas	481.829,78	519.194,45
(-) Despesas administrativas	(478.138,96)	(516.080,27)
(+) Rentabilidade do fundo administrativo	3.161,16	50,10
(+) Constituição Fundo	6.851,98	3.164,28

As despesas Administrativas se subdividem em:

	2016	2015	% sobre as receitas previdenciárias	
			2016	2015
Gestão Previdencial	R\$ 297.860,33	R\$ 382.674,90	24,82	35,43
Gestão dos investimentos	R\$ 180.278,63	R\$ 133.405,37	15,02	12,35

Os critérios adotados pela ACEPREV para a segregação das despesas administrativas do plano de gestão administrativa foram os seguintes:

Gestão Previdencial - Os custos administrativos alocados a essa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo e a cobertura dos mesmos é custeada por contribuição específica originada das Patrocinadoras Aperam Inox América do Sul S.A. com Aceprev para o Plano Amib e Aperam BioEnergia Ltda com Aperam

Inox América do Sul S.A. para o Plano Acesita tudo conforme determinação do atuário do plano – Mercer, detalhado no DA – Demonstrativo das Avaliações Atuariais, bem como dos Autopatrocinados e Vinculados.

Gestão de Investimentos - Os custos administrativos alocados nessa Gestão representam os gastos operacionais da Entidade, apropriados nas contas de resultado dos Planos Amib e Acesita em conformidade com critérios de rateio aprovados pelo Conselho Deliberativo, e são totalmente custeados pela rentabilidade dos investimentos, conforme o Regulamento da Entidade.

A lógica adotada para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos Amib e Acesita para o exercício de 2016 utilizou a proporção da posição patrimonial dos Planos Amib e Acesita para as despesas da gestão financeira e a proporção pela posição do número de participantes de cada plano para a gestão previdencial.

Para as despesas administrativas específicas aos Planos Amib e Acesita foi elaborado demonstrativo definindo as mesmas. Todos os critérios encontram-se formalizados no Parecer DI 06/2015 de 04/12/2015, aprovado na 202ª reunião do Conselho Deliberativo da Aceprev de 10/12/2015.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA DO PLANO DE BENEFÍCIOS ACESITA

Descrição	AMIB		PBA		CONSOLIDADO 2016
	2016	2015	2016	2015	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.449.025,81	3.494.028,61	3.164,28	0,00	3.452.190,09
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.040.804,83	5.371.237,19	484.990,94	519.244,55	6.525.795,77
1.1. Receitas	6.040.804,83	5.371.237,19	484.990,94	519.244,55	6.525.795,77
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.083.801,19	2.873.463,21	300.936,89	385.789,08	3.384.738,08
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.486.855,02	2.078.355,02	180.277,97	133.405,37	2.667.132,99
Resultado Positivo dos Investimentos	466.805,48	419.418,96	3.161,16	50,10	469.966,64
Outras Receitas	3.343,14	0,00	614,92	0,00	3.958,06
2. Despesas Administrativas	5.890.141,88	5.416.239,99	478.138,96	516.080,27	6.368.280,84
2.1. Administração Previdencial	3.403.276,50	3.337.875,41	297.860,33	382.674,90	3.701.136,83
2.1.1 Despesas Comuns	2.509.343,28	1.304.841,26	171.702,48	283.122,34	2.656.288,35
Pessoal e encargos	1.549.915,46	1.035.245,80	94.552,31	210.100,26	1.644.467,77
Treinamentos/congressos e seminários	23.271,96	2.932,27	1.485,45	0,00	24.757,41
Viagens e estadias	57.432,33	203.321,16	3.714,43	4.378,91	61.146,76
Serviços de terceiros	650.455,34	63.342,03	57.251,55	52.300,61	707.706,89
Despesas gerais	228.268,19	0,00	14.698,74	16.342,56	242.966,93
2.1.2 Despesas Específicas	893.933,22	2.033.034,15	126.157,85	99.552,56	1.020.091,07
Pessoal e encargos	0,00	668.121,62	0,00	0,00	0,00
Treinamentos/congressos e seminários	0,00	16.750,63	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	53.873,26	0,00	665,49	0,00
Serviços de terceiros	660.770,05	897.958,51	107.643,39	67.480,31	768.413,44
Despesas gerais	3.042,52	187.802,26	234,43	11.587,94	3.276,95
Depreciações e amortizações	40.283,48	44.394,32	2.571,29	0,00	42.854,77
Tributos	189.837,17	164.133,55	15.708,74	19.818,82	205.545,91

continua >>

2.2. Administração dos Investimentos	2.486.865,38	2.078.364,58	180.278,63	133.405,37	2.667.144,01
2.2.1 Despesas Comuns	2.098.395,18	1.029.049,81	139.015,27	105.068,40	2.148.456,45
Pessoal e encargos	1.540.406,82	887.452,12	98.291,79	84.807,72	1.638.698,61
Treinamentos/congressos e seminários	24.221,82	0,00	1.546,08	0,00	25.767,90
Viagens e estadias	59.434,93	908,56	3.751,17	16,69	63.186,10
Serviços de terceiros	308.635,91	66.165,69	24.720,28	15.215,29	333.356,19
Despesas gerais	165.695,70	73.746,98	10.705,95	4.962,23	176.401,65
Tributos	0,00	776,46	0,00	66,47	0,00
2.2.2 Despesas Específicas	388.470,20	1.049.314,77	41.263,36	28.336,97	429.733,56
Pessoal e encargos	0,00	329.060,28	0,00	0,00	0,00
Treinamentos/congressos e seminários	0,00	9.219,57	0,00	0,00	0,00
Viagens e estadias	0,00	39.767,39	0,00	6,30	0,00
Serviços de terceiros	212.962,07	441.809,35	30.382,15	21.385,55	243.344,22
Despesas gerais	2.200,10	81.718,66	145,05	0,00	2.345,15
Depreciações e amortizações	2.241,90	2.385,00	143,10	0,00	2.385,00
Tributos	171.066,13	145.354,52	10.593,06	6.945,12	181.659,19
3. (+) Sobra / (-) Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	150.662,95	(45.002,80)	6.851,98	3.164,28	157.514,93
4. (+) Constituição / (-) Reversão do Fundo Administrativo (3)	150.662,95	(45.002,80)	6.851,98	3.164,28	157.514,93
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.599.688,76	3.449.025,81	10.016,26	3.164,28	3.609.705,02

Comentários sobre os critérios de pagamento de remuneração variável da Entidade:

- A Aceprev acompanha o acordo de participação nos lucros e resultados 2016, celebrado entre a Comissão de Empregados da Aperam e a Patrocinadora Aperam.
- Aplica-se aos empregados da categoria administrativa, operacionais e técnicas nível médio e superior
- O pagamento da participação nos lucros e resultados está subordinado ao alcance de metas, algumas gerais, outras por equipes.
- Para os diretores, e empregados nível técnico superior especializado, o programa é firmado em metas gerais (empresariais) e em metas individuais, negociadas entre os empregados e o Conselho Deliberativo da Entidade.

8. INFORMAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retomo de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS quando aplicáveis) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes quando aplicáveis).

Principais Riscos Atuariais

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida, com exceção dos benefícios já concedidos sob a forma de renda mensal vitalícia, onde o risco está concentrado principalmente na rentabilidade futura e na sobrevivência.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006 e alterações, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios Acesita encontram-se arquivadas na Entidade administradora do plano, à disposição dos Participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Informamos que a hipótese da tábua de mortalidade geral foi alterada da tábua AT-2000 Basic para a tábua AT-2000 com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento esperado da massa de participantes.

Informações sobre a aderência da taxa de juros

A adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Entidade, de forma a identificar a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. As projeções foram feitas com base na carteira atual e as observações do atuário estão contidas no estudo arquivado na Entidade. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da ACEPREV aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial de mortalidade geral, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Principais impactos sofridos pelo Plano

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2015, posicionadas em 31 de dezembro de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 12,69%. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se em especial, ao reajuste concedido aos Assistidos que recebem benefícios vitalícios, recompondo-se o valor do benefício pelo IPCA, em detrimento da TR, conforme estudo atuarial elaborado pela Mercer e decisão da Aceprev, bem como em razão da mudança da tábua de mortalidade válidos.

Natureza do resultado do Plano

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que, apesar da manutenção do resultado superavitário, no exercício o Plano apresentou déficit. O principal fator que levou à redução do Superávit em 31/12/2016 foi a elevação das Provisões Matemáticas, pelos motivos citados anteriormente, uma vez que, em relação à rentabilidade do Plano no período, houve o cumprimento da meta atuarial, de modo que este último fator não gerou déficit ao Plano.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 11,16 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016. Dessa forma o limite, em 31 de dezembro de 2016, é de 21,16% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$6.558.388,17, que implicou na alocação deste valor em Reserva de Contingência e do excedente em Reserva Especial.

Hipóteses Atuariais

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Falta de capacidade para os salários	0,98
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos (3)	AT-2000 Basic agravada em 5 anos

(1) O indexador utilizado como meta atuarial (taxa de juros nominal), é o INPC do IBGE, mas os benefícios são reajustados pela TR.

(2) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo, agravada ao longo das idades em 5 anos.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial de mortalidade geral, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Método Atuarial

O método atuarial adotado foi o de capitalização individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Acesita, exceto os benefícios já concedidos sob a forma de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECERES

Apresentamos abaixo, as demonstrações contábeis previstas no item 17 do anexo C da Resolução CNPC nº8 de 31/10/2011 bem como o balanço patrimonial e demonstração de resultados, elaboradas de modo simplificado para melhor entendimento dos Participantes tudo conforme determina a Resolução CGPC 28 de janeiro de 2009 e Resolução CGPC 5 de 30 de janeiro de 2002.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

	Plano de Benefícios: ACESITA (em R\$)	
	31.12.16	31.12.15
ATIVO	61.518.908,77	56.963.801,43
DISPONÍVEL	10.057,79	11.286,87
CONTAS A RECEBER	142.376,22	170.695,87
APLICAÇÕES	61.366.474,76	56.781.818,69
Títulos Públicos	51.483.138,71	37.264.155,00
Fundos de Investimento	1.004.436,63	19.517.663,69
PASSIVO	61.518.908,77	56.963.801,43
CONTAS A PAGAR	204.544,51	266.694,54
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	46.592.495,57	36.586.289,07
FUNDOS	6.766.133,66	8.750.836,02
EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.955.735,03	11.359.981,80
Resultados Realizados	7.955.735,03	11.359.981,80
Superávit Técnico Acumulado	7.955.735,03	11.359.981,80

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Plano de Benefícios: ACESITA (em R\$)	
	31.12.16	31.12.15
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.200.048,86	1.080.542,82
(-) BENEFÍCIOS	(3.836.228,30)	(3.060.826,67)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	7.578.020,39	5.935.426,78
(=) RECURSOS LIQUIDOS	4.941.840,95	3.955.142,93
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(300.936,89)	(385.789,08)
UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(10.036.705,78)	1.450.202,66
UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	1.991.554,95	339.524,76
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(3.404.246,77)	5.359.081,27

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: ACESITA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.16	31.12.15	%
A) Ativo Líquido - início do exercício	56.694	-	100
1. Adições	8.778	7.016	25
(+) Contribuições	1.200	1.081	11
(+) Resultado Positivo dos Invest. - Gestão Previdencial	7.578	5.935	28
2. Destinações	(4.168)	(3.446)	21
(-) Benefícios	(3.836)	(3.061)	25
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(31)	-	(100)
(-) Custeio Administrativo	(301)	(385)	(22)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.610	3.570	29
Variação anual:			
(+/-) Provisões Matemáticas	10.006	(1.450)	(790)
(+/-) Fundos Previdenciais	(1.992)	(339)	488
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(3.404)	5.359	(164)
4. Operações Transitórias	-	53.124	(100)
(+/-) Operações Transitórias	-	53.124	(100)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	61.304	56.694	8
C) Fundos Não Previdenciais	10	3	233
(+/-) Fundos Administrativos	10	3	233

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Adições - Representam as entradas de recursos no Plano ou seja são os valores recebidos de patrocinadoras e participantes cuja finalidade é o pagamento de benefícios de aposentadorias destes participantes, bem como a rentabilidade proporcionada pelos investimentos destes recursos no mercado financeiro.

Item 2 - Destinações - Refere-se em grande parte as saídas de recursos do Plano através de pagamentos de aposentadorias aos participantes aposentados.

Item 3 - Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido - Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido - Demonstra o aumento ou diminuição do montante dos recursos do Plano ou seja o Plano teve um incremento de R\$ 4,6 milhões no exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: ACESITA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	%
1. Ativos	61.518	56.964	8
Disponível	10	11	(9)
Recebível	142	171	(17)
Investimento	61.366	56.782	8
Títulos Públicos	51.483	37.264	38
Créditos Privados e Depósitos	1.004	-	100
Fundos de Investimento	8.879	19.518	(55)
2. Obrigações	204	267	(24)
Operacional	174	267	(35)
Contingencial	30	-	100
3. Fundos não Previdenciais	10	3	233
Fundos Administrativos	10	3	233
4. Ativo Líquido (1-2-3)	61.304	56.694	8
Provisões Matemáticas	46.592	36.586	27
Superávit Técnico	7.956	11.360	(30)
Fundos Previdenciais	6.756	8.748	(23)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	7.956	11.360	(30)
b) (+/-)Ajuste de Precificação	3.167	1.881	68
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.123	13.241	(16)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Comentários sobre a Demonstração do Ativo Líquido do Plano :

Item 1 - Ativos - Investimentos: representam os montantes que a Entidade possui aplicados no mercado financeiro, a distribuição da alocação destes recursos está representada no quadro acima, detalhando os segmentos das aplicações dos mesmos.

Item 2 - Obrigações - representam os compromissos a pagar imediatos e futuros do Plano para com terceiros. Registra os valores de benefícios a pagar aos Participantes Assistidos do Plano e retenções da gestão previdencial, bem como Registra os valores de repasse ao PGA da contribuição para cobertura das despesas administrativas e desoneração da contribuição normal e contribuição da cobertura das despesas administrativa, com vencimentos em janeiro/2017. Contingências representam as provisões para absorver perdas de ações ajuizadas contra a Aceprev, relativas às demandas contenciosas de natureza cível, com os prognósticos classificados pelos Assessores Jurídicos da Entidade como Perdas Prováveis.

Item 3 - O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os gastos excedentes ao custeio administrativo, relativos à manutenção da Estrutura Administrativa da Entidade, bem como os investimentos em Imobilizado. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do PGA.

Item 4 - Ativo Líquido - Representa o montante de recursos que o Plano possui para honrar com os compromissos do plano relativo às aposentadorias de seus Participantes.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios: Acesita (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3	-	100
1. Custeio da Gestão Administrativa			
1.1. Receitas	485	519	(7)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	301	386	(22)
Custeio Administrativo dos Investimentos	180	133	35
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3	-	100
Outras Receitas	1	-	100
2. Despesas Administrativas	478	516	(7)
2.1. Administração Previdencial	298	383	(22)
2.1.1 Despesas Comuns	172	283	(39)
Pessoal e encargos	95	210	(55)
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	-	100
Viagens e Estadias	4	5	(20)
Serviços de Terceiros	57	52	10
Despesas Gerais	15	16	(6)
2.1.2 Despesas Específicas	126	100	26
Viagens e Estadias	-	1	(100)
Serviços de Terceiros	108	67	61
Despesas Gerais	-	12	(100)
Depreciações e Amortizações	2	-	100
Tributos	16	20	(20)
2.2. Administração dos Investimentos	180	133	35
2.2.1 Despesas Comuns	139	105	32
Pessoal e Encargos	98	85	15
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	-	100
Viagens e Estadias	4	-	100
Serviços de Terceiros	25	15	67
Despesas Gerais	11	5	120
2.2.2 Despesas Específicas	41	28	46
Serviços de Terceiros	30	21	43
Tributos	11	7	57
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	7	3	133
4. Constituição/ (Reversão) do Fundo Administrativo (3)	7	3	133
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	10	3	233

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios: ACESITA (em R\$ mil)		Variação %
	Exercício findo em 31.12.16	31.12.15	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	61.508	56.961	8
1) Provisões Matemáticas	46.592	36.587	27
1.1. Benefícios Concedidos	37.732	27.137	39
Contribuição Definida	6.738	4.894	38
Benefício Definido	30.994	22.243	39
1.2. Benefício a Conceder	8.860	9.450	(6)
Contribuição Definida	8.860	9.450	(6)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	3.698	4.185	(12)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	5.162	5.265	(2)
2. Equilíbrio Técnico	7.956	11.360	(30)
2.1. Resultados Realizados	7.956	11.360	(30)
Superávit Técnico Acumulado	7.956	11.360	(30)
Reserva de Contingência	6.559	4.849	35
Reserva para revisão de plano	1.397	6.511	(79)
3. Fundos	6.756	8.748	(23)
3.1. Fundos Previdenciais	6.756	8.748	(23)
4. Exigível Operacional	174	266	(35)
4.1. Gestão Previdencial	153	251	(39)
4.2. Investimentos Gestão Previdencial	21	15	40
5. Exigível Contingencial	30	0	100
5.1. Gestão Previdencial	30	0	100

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2016 bem como as próprias Demonstrações Contábeis estão publicadas no site da Entidade, www.aceprev.com.br > Downloads > Relatório Anual / 2016.

Parecer do Auditor Externo

O Relatório do Auditor Independente Fernando Motta & Associados apresenta em seu parecer a opinião de que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, conforme podemos atestar no demonstrativo abaixo.

PAR-17/018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV

Belo Horizonte – MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios AMIB e ACESITA, do plano de gestão administrativa (consolidado) e por plano de benefícios AMIB e ACESITA e das provisões técnicas do Plano de Benefícios da AMIB e ACESITA do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA - ACEPREV em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Aceprev é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Aceprev continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Aceprev são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Aceprev;

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Aceprev bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2017.

Fernando Motta & Associados

Auditores Independentes

CRCMG – 757

Alessandra Nascimento da Silva Cadar

Contador CRCMG – 79.000

Ivo de Almeida Motta

Contador CRCMG – 38.018

Laudo de Certificação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Acesita Previdência Privada - ACEPREV

Suporte Técnico: Mariana Gouvêa Custódio MIBA/MTb 2.144
RT Atuarial: Paulo Josef Gouvêa da Gama MIBA/MTb nº 978
Diretor-Geral: João Roberto Rodarte CONRE nº 6928 5ª região

Conclusão: Assim, admitindo-se como válidas as informações presentes no Parecer Atuarial de 2015 e 2016, após as verificações efetuadas, concluímos que as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e outros parâmetros, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no cálculo das provisões matemáticas do Plano de Benefícios da AMIB e do Plano de Benefícios Acesita, necessárias à cobertura dos compromissos, visando à preservação do nível de solvência dos planos, atendem à legislação e estão adequados, nos aspectos mais relevantes, aos benefícios para os quais são empregados. Essa é a nossa manifestação.

Belo Horizonte, 16 de março de 2017.

Rodarte Nogueira
Consultoria em Estatística e Atuária CIBA nº 070

Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Segundo Semestre de 2016

Os membros do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do art. 23 do Estatuto da Entidade, cumprindo os ditames da Resolução CGPC 13/2004 e da Resolução BACEN/CMN 3.792 de 24/09/2009, manifestam sobre os seguintes pontos de análise, relativos ao segundo semestre de 2016: (1) análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos; (2) aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos; (3) aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios; (4) adequação da execução orçamentária; (5) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016; (6) certificação de profissionais; (7) eventos relevantes; (8) eventos subsequentes; (9) recomendações do Conselho Fiscal e (10) observações finais.

Destarte, nos exatos termos constantes da ata da 75ª reunião do Conselho Fiscal, datada de 17/03/2017, lavrada em forma de sumário e arquivada em livro próprio, bem como pelo que consta do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, também datado de 17/03/2017, o Conselho Fiscal deu seu parecer nos seguintes termos:

1. Análise e avaliação da efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos. O Conselho Fiscal verificou a existência e acompanhamento de controles internos na mitigação dos riscos, conforme Plano de Ação da Entidade, parte integrante do Relatório da Administração. Foi recomendado à Diretoria da Entidade que as ações de melhorias apresentadas pela Administração sejam implementadas e constantemente monitoradas visando o pleno cumprimento das mesmas.

2. Aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, incluindo a Gestão dos Riscos. Nos termos do art. 19 da Resolução CGPC 13/2004, com base nos relatórios emitidos no segundo semestre de 2016 pela Diretoria Financeira, os Conselheiros Fiscais, por unanimidade, declaram ter avaliado e atestado a aderência da gestão de recursos da Entidade com a legislação em vigor e com a Política de Investimentos.

3. Aderência às premissas e hipóteses atuariais utilizadas nos planos de benefícios. Considerando que a Resolução CGPC 13/2004, nos termos do art. 19, I, determina que o Conselho Fiscal ateste a aderência das premissas e hipóteses atuariais, mas por outro lado, este Colegiado não tem como cumprir tais ditames, por lhe faltar aparato técnico, tomou por base os pareceres atuariais emitidos em 16/02/2017 pela MERCER. Assim, o Conselho Fiscal atestou a aderência das hipóteses e premissas atuariais.

4. Adequação da Execução Orçamentária. Nos termos do art. 19, I, da Resolução CGPC 13/2004, o Conselho Fiscal atestou o cumprimento do Orçamento Geral do segundo semestre de 2016.

5. Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016. Nos termos do art. 23, alínea "a" do Estatuto da Entidade, os Conselheiros Fiscais examinaram as Demonstrações Financeiras da Entidade em 31/12/2016. Com base nos documentos examinados, os Conselheiros Fiscais aprovaram as mencionadas Demonstrações Financeiras, que traduzem, em todos os aspectos materiais, a situação patrimonial e financeira da Acesita Previdência Privada em 31 de dezembro de 2016 e o resultado de suas operações correspondente àquele exercício, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

6. Certificação de Profissionais. Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 16 de abril de 2015, alterado pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, a Entidade deveria ter a maioria dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e a totalidade dos membros da Diretoria Executiva certificados até 15 de abril de 2016. Em razão disso, este Conselho entrevistou o Diretor Financeiro e o Contador da Entidade e confirmou, através de análise documental, as constatações já feitas no fechamento do 1º semestre de 2016, quais sejam: (i) que a totalidade dos membros da Diretoria Executiva já está certificada, bem como todos os empregados que trabalham na avaliação e aprovação de investimentos ou são responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, bem como os integrantes do Comitê de Investimentos; (ii) que 5 membros do Conselho Deliberativo e 2 membros do Conselho Fiscal também foram certificados dentro do prazo estipulado; e (iii) que os suplentes do Conselho Deliberativo enviaram cartas renunciando aos cargos e que há parecer jurídico emitido pela PAR Advogados, datado de 03/11/2015, concluindo pela não necessidade de realização de eleições para substituição dos suplentes. Relativamente, ao membro suplente do Conselho Fiscal (Sr. Elias Carlos Lopes), verificamos que a assessoria jurídica PAR Advogados emitiu parecer, em 13/03/2017, concluindo que (i) como a Entidade tomou todas as ações necessárias e ao seu alcance para possibilitar a certificação deste Conselheiro-Suplente, (ii) como restam poucos dias para o final do mandato vigente dos Conselhos e (iii) como se trata de Conselheiro-Suplente eleito pelos participantes, a Entidade deveria aguardar o final do mandato sem exonerar o mesmo. Este Conselho, com base no parecer jurídico e na documentação disponibilizada, concorda que a estratégia proposta é adequada. Este Conselho também atestou que, com vistas a mitigar/evitar possíveis problemas com a certificação de novos conselheiros eleitos pelos participantes, foram inseridos dois dispositivos (artigo 9º, §3º, e artigo 26) no Regimento Interno da eleição recentemente realizada. Ainda, em entrevista com o Contador da Entidade, este Conselho atestou que a ACEPREV já está trabalhando para atender a legislação vigente, no que diz respeito à habilitação e certificação dos conselheiros fiscais e deliberativos do próximo mandato, bem como dos membros da futura Diretoria Executiva.

7. Eventos Relevantes. 7.1. Reuniões do Comitê de Ética. Embora o Comitê de Ética não tenha recebido qualquer “denúncia ou pleito a ser discutido”, atestamos a realização de duas reuniões ordinárias, conforme previsto no artigo 3º do Regimento Interno deste comitê. Nas reuniões ocorridas em 16/05/2016 e 04/12/2016, conforme se depreende da análise de suas atas, é importante destacar a disponibilização, pela Diretoria Executiva da Entidade, de assessoria jurídica sempre que for necessário, nos termos do que fora registrado na ata da primeira reunião, o que se trata de medida louvável, uma vez que esta disponibilização pode dar mais segurança ao Comitê e, conseqüentemente, poderá contribuir na análise de possíveis denúncias a serem apuradas. **7.2. E-Financeira.** Conforme consignado no fechamento do primeiro semestre de 2016, ficara pendente para envio as informações do 1º semestre de 2016, que deveriam ser entregues até o último dia útil de novembro de 2016, em razão da prorrogação do prazo. Em entrevista com a Diretora Administrativa e de Seguridade e também conforme consta no Relatório de Administração, atestamos que as informações relativas ao primeiro semestre de 2016 foram enviadas em 22/11/2016, cumprindo o prazo estipulado pela RFB. Verificamos também que, nos termos da Instrução Normativa RFB 1571/2015, a e-Financeira é obrigatória para fatos ocorridos a partir de 01/12/2015 e deverá ser transmitida semestralmente nos seguintes prazos, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano anterior. **7.3. Alteração do Estatuto da Entidade.** Conforme já registrado no fechamento do primeiro semestre de 2016, e em entrevista com a Diretora Administrativa e de Seguridade, confirmamos a aprovação de alteração do Estatuto da Entidade, para atendimento ao Ofício nº 2125/2014/CGIG/DITEC/PREVIC, de 25 de junho de 2014. Tal alteração teve como objetivo evidenciar que as futuras alterações no Estatuto e do Regulamento do Plano de Benefícios AMIB somente acontecerão após expressa concordância da Assembleia de Participantes e dos Patrocinadores, aprovação pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo e, finalmente, aprovação da PREVIC. A aprovação desta alteração foi precedida de deliberação do Conselho Deliberativo da Entidade, em 30/08/ 2016, seguida de aprovação pela assembleia dos participantes, ocorrida em 04/10/2016, e posterior aprovação da PREVIC, conforme Parecer nº 67/2017/CAF/CGAF/DITEC e Portaria nº 83, de 02/02/2017, publicada no Diário Oficial da União em 08/02/2017.

8. Eventos Subsequentes. 8.1 Auditoria da Patrocinadora Aperam Inox América do Sul. A equipe de Auditoria Interna da Patrocinadora Aperam Inox América do Sul, a pedido da própria patrocinadora, está realizando auditoria nos controles-chaves dos Planos de Benefícios AMIB e Acesita, bem como dos procedimentos da gestão da Entidade. Tal auditoria teve início em janeiro de 2017 e tem previsão de término em março de 2017. Este Conselho solicita que as conclusões da auditoria sejam encaminhadas para sua análise, tão logo a auditoria seja encerrada. **8.2 Composição dos Conselhos e da Diretoria Executiva para o próximo triênio (2017/2020).** Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 aconteceram as eleições para escolha dos novos representantes dos participantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal para o mandato que se inicia em 1º de abril de 2017. Nos termos do Estatuto da Entidade dos artigos 11, §2º, e 20, §2º, é garantida a indicação, pelos participantes, de 1/3 dos componentes de cada Conselho. Após entrevista com a Diretora Administrativa e de Seguridade e análise dos documentos apresentados (regulamento eleitoral, atas de reuniões etc.), este Conselho atestou que o processo transcorreu de maneira tranquila e sem ressalvas. Além da eleição dos representantes dos participantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, verificamos que as Patrocinadoras, nos termos dos artigos dos artigos 11, §1º, e 20, §1º, indicaram os demais membros dos conselhos, conforme atas de reuniões das diretorias da Aperam Inox América do Sul S.A., datada de 13/02/2017, e posterior validação, por meio de carta de anuência, das Patrocinadoras Acesita Previdência Privada e Aperam BioEnergia Ltda., datadas de 16/02/2017. Verificamos, ainda, que na ata da 216ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 09/02/2017, já foi feita a indicação e aprovação dos nomes da Diretoria Executiva para o próximo triênio, nos termos do artigo 15 do Estatuto da Entidade.

9. Recomendações do Conselho Fiscal. As recomendações do Conselho Fiscal decorrentes da análise do Relatório da Administração referente ao segundo semestre de 2016 estão inseridas nos respectivos tópicos do Relatório de Controles Internos deste Conselho. As recomendações em fase de implementação, devidamente justificadas pela Diretoria da Entidade, fazem parte do Plano de Ação, constante do Relatório da Administração.

10. Indicações ao Comitê de Ética. Conforme obrigação disposta no artigo 21º do Código de Ética da Entidade, este Conselho vem indicar para o biênio 2016/2017 a recondução do Sr. Arysio Nogueira de Jesus e a indicação do Sr. Jânio Carlos Gomes de Oliveira.

11. Observações finais. Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho Fiscal pediu para constar o seguinte: a) que o Relatório de Controles Internos, assinado na presente data, faz parte integrante deste parecer, para todos os fins de direito, e nele constam todas as eventuais recomendações do Conselho Fiscal que não geram ressalvas na ata ou no parecer de aprovação dos resultados, sendo que os apontamentos sugerem melhorias para os controles internos e procedimentos adotados pela Entidade; b) que os Diretores (Diretora Presidente, Diretor Financeiro e Diretora Administrativa e de Seguridade), a Analista Contábil e o Contador da Entidade compareceram à reunião, bem como deram todas as explicações requeridas; c) que o Conselho Fiscal recebeu, previamente, os pareceres dos Auditores Independentes, não havendo ressalvas sobre o parecer das Demonstrações Financeiras (PAR-17/018).

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente parecer que, depois de lido e aprovado, vai assinado pelos Conselheiros Fiscais da Entidade.

Belo Horizonte, 17 de março de 2017.

Marcos Bruno Assis Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Frederico Barbosa de Rezende
Conselheiro Fiscal

Nildo Gonçalves Vitorino
Conselheiro Fiscal

Recomendações do Conselho Fiscal

Relatório de Controles Internos 2º semestre de 2016

A Diretoria Executiva da Entidade consolidou em um só plano de ação, todas as pendências extraídas dos relatórios da fiscalização da PREVIC, do Conselho Fiscal, da Auditoria Externa e do Conselho Deliberativo. Este Plano de Ação consolidado, com o acompanhamento e andamento das ações está demonstrado nos anexos do Relatório da Administração - Processo Gestão Administrativa - Plano de Ação JCMB. O cumprimento das ações no prazo estabelecido é monitorado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Parecer do Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada

O Conselho Deliberativo da Acesita Previdência Privada, no uso de suas atribuições estatutárias examinou o Relatório de Desempenho, as Demonstrações Contábeis da Entidade incluindo, o Balanço Patrimonial - Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - Consolidada, as Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, as Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como os Pareceres Atuariais de 16 de fevereiro de 2017.

Com base nos documentos examinados, nos pareceres dos Auditores Fernando Motta & Associados datado de 15 de março de 2017, no parecer do Atuário Mercer Human Resource Consulting Ltda. datado de 16 de fevereiro de 2017 e no Relatório de Controles Internos e Parecer do Conselho Fiscal da Acesita Previdência Privada, ambos documentos datados de 17.03.2017, os membros deste Conselho Deliberativo, em cumprimento ao disposto nos inciso VII do artigo 14 do Estatuto da Entidade, aprovaram o relatório anual e prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do Inciso III do artigo 14 do Estatuto, o Conselho Deliberativo, examinando ainda os documentos acima citados aprovou os cálculos atuarias e o custeio anual para os Planos de Benefícios da Entidade, tudo conforme consta do Parecer Actuarial da Mercer Human Resource Consulting Ltda. assinado em 16/02/2017, ficando aprovadas as matérias ali contidas e de competência deste colegiado.

As deliberações e aprovações contidas no presente parecer constam lavradas da Ata 217ª reunião do Conselho Deliberativo, arquivada em livro próprio e ora ratificada.

Belo Horizonte, 27 de março de 2017.

Marco Antônio Nunes de Carvalho

Presidente do Conselho Deliberativo Substituto

Auditor Externo

Fernando Motta & Associados

(31) 3221-3500

alessandra@fmotta.com.br

Administrador Responsável

Gualter Guilherme Oliveira Moreira

(31) 3048-6252

gualter.moreira@aperam.com

BELO HORIZONTE

Av. Assis Chateaubriand, nº 264, 2º andar - CEP 30.150-100 - Belo Horizonte - MG

E-mail: inox.aceprev@aperam.com

Telefone: (31) 3048-6318 / 6317 - Fax: (31) 3048-6284

TIMÓTEO

Praça 1º de Maio, nº 9 - Centro - CEP 35.180-018 - Timóteo - MG

E-mail: inox.aceprevusina@aperam.com

Telefone: (31) 3849-7001 / 7408 - Fax: (31) 3849-7004